

上訴案第 807/2024 號

日期：2025 年 4 月 30 日

- 主題：
- 量刑
 - 獲證明之事實上之事宜不足以支持作出裁判的瑕疵
 - 緩刑的適用

摘 要

1. 《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所指“獲證明之事實上之事宜不足以支持作出裁判”的瑕疵法院在調查事實時出現遺漏，所認定的事實不完整或不充份，以至依據這些事實不可能作出有關裁判中的法律決定。它是指法院所認定的事實存在遺漏，或者沒有調查所有應該調查的事實，而令法院沒有辦法作出合適的決定。
2. 如果原審法院在審判聽證中已充分地對全部事實事宜進行調查，且未發現存在任何遺漏，那麼，就無從確認《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所指“獲證明之事實上之事宜不足以支持作出裁判”的瑕疵的存在。
3. 有關法院在考慮適用緩刑之前必須考慮的嫌犯的人格、生活狀況、犯罪之後的行為等因素的事實的問題，主要是通過法院在遵循直接以及口頭原則的基礎上，通過查明嫌犯的犯罪記錄、家庭生活情況、嫌犯個人的文化程度、就業以及收入狀況的情況，而得出對嫌犯的這些必須考慮的因素的總體印象的結論。
4. 在適用《刑法典》第 48 條第 1 款的規定時，必須考慮是否滿足了緩刑的形式前提及實質前提。形式前提是指不超逾 3 年的徒刑，而不可以係其他非剝奪自由刑。實質前提是指法院必須整體考慮行為人的人格、生活狀況、犯罪前後的行為及犯罪情節、僅對事實作譴責並

以監禁作威嚇是否可適當及足以實現處罰的目的，即以特別預防及一般預防作為給予緩刑的界限，具體地說，倘可預見行為人受到刑罰的威嚇和譴責後，即會約束自己日後行為舉止，從而不再實施犯罪，以及即使徒刑被暫緩執行，亦不致動搖人們對法律的有效性及法律秩序的信心，無削弱法律的權威和尊嚴。

裁判書製作人

蔡武彬

上訴案第 807/2024 號

上訴人：A

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一、案情敘述

澳門特別行政區檢察院控告嫌犯 A 觸犯了第 3/2007 號法律《道路交通法》第 90 條第 1 款所規定及處罰的一項「醉酒駕駛罪」，並請求初級法院以簡易訴訟程序對其進行審理。

初級法院第三刑事法庭在第 CR3-24-0018-PSM 號案件中，經過庭審，最後判決：

- 嫌犯 A 被控觸犯第 3/2007 號法律《道路交通法》第 90 條第 1 款所規定及處罰的一項「醉酒駕駛罪」，罪名成立，判處嫌犯四個月徒刑。
- 另判處嫌犯禁止駕駛，為期一年六個月。
- 根據《道路交通法》第 121 條第 7 款所規定，嫌犯必須於刑滿出獄後五日內，將駕駛執照送交治安警察局，否則構成違令罪。
- 此外，根據《道路交通法》第 92 條的規定，警告嫌犯倘在禁止駕駛期間內駕駛，將觸犯《刑法典》第 312 條第 2 款所規定及處罰的「加重違令罪」，並吊銷駕駛執照。

嫌犯 A 不服判決，向本院提起了上訴，其內容載於卷宗第 136 頁至第 146 頁。¹

¹ 其葡文內容如下：

1. Foi nos presentes autos o arguido, ora Recorrente, acusado e condenado por conduzir na via pública com uma taxa de álcool no sangue superior a 1,2 gramas por litro, conduta tipificada como crime pelo art.º 90º, n.º 1, da Lei do Trânsito rodoviário (Lei n.º 3/2007).
2. O Recorrente confessou integralmente e sem reservas e foi, incontestavelmente, condenado pelo crime de que vinha acusado, na pena de 4 meses de prisão, tendo, porém, na escolha da pena, o douto Tribunal recorrido optado por não suspender a respectiva execução, algo com o que o arguido não se pode conformar, sendo que na Sentença recorrida justificou-se a opção pela pena de prisão efectiva com o teor do registo criminal do Recorrente.
3. Tem a nossa jurisprudência entendido que a existência de antecedentes criminais não é, de per si e isoladamente, um obstáculo à suspensão das penas, (Cfr., entre outros o douto Acórdão desse Venerando Tribunal de 16/01/2003, no Processo n.º 90/2002), sendo ainda de salientar o que prescreve o art.º 64º do Código Penal quanto à preferência do legislador por penas não privativas da liberdade.
4. Da legislação aplicável do Código Penal, bem como de autoritária doutrina e jurisprudência, resulta que a mera existência de registo criminal não pode ser utilizada como única base de sustentação para a não suspensão da execução de pena de prisão; outros elementos como a personalidade do agente, as suas condições de vida e conduta posterior ao crime devem também ser ponderados, e nada quanto a isso consta da decisão recorrida.
5. O vício previsto no art. 400º, n.º 2, al. a), do Código de Processo Penal ocorre quanto a matéria de facto provada se apresente insuficiente para a decisão de direito adequada, o que se verifica quando o Tribunal não apurou matéria de facto necessária para uma boa decisão da causa, matéria essa que lhe cabia investigar, dentro do objecto do processo.
6. Vício que se afigura estar verificado neste caso, porquanto o Tribunal recorrido deixou de apurar matéria de facto que se afigurava necessária – a personalidade do agente, as suas condições de vida e conduta posterior ao crime – para uma cabal decisão quanto à suspensão da execução da pena de 4 meses de prisão imposta ao arguido.
7. Pelo que deve ser reconhecido o invocado vício e passar a ser a pena aplicada ao Recorrente suspensa na sua execução, ou, subsidiariamente, reenviado o processo para apuramento dessa factualidade, nos termos do art.º 418º do CPP.
8. Ainda que não proceda o vício relativo à matéria de facto suscitado no capítulo antecedente desta minuta, o que se equaciona por mera cautela de patrocínio, estamos em posição de apontar (também) a violação da lei de que, ressalvado o devido respeito, padece a dita sentença recorrida.
9. Como autoritária doutrina vem ensinando, a suspensão da pena de prisão, prevista no artigo 48º do CP, é um verdadeiro poder-dever do julgador, ou seja, não se trata de uma mera faculdade.
10. O douto Tribunal recorrido, como já supra se transcreveu, optou pela não suspensão da pena por mero efeito de o Recorrente não ser arguido primário, porém, quanto às condenações relacionadas com a Lei do Trânsito Rodoviário, impõe-se salientar que a primeira condenação ocorreu há quase 20 anos, em 2005, a segunda condenação em 2010, há quase 15 anos, e a terceira condenação há mais do que 13 anos, em 2011.
11. Sendo que a primeira se tratou de um crime negligente, ofensas à integridade física por negligência, pelo que se afigura que nada daí se pode concluir quanto ao juízo de prognose

檢察院就上訴人所提出的上訴作出答覆，其內容如下：

1. 上訴人提出，關於其本人的人格、生活狀況、犯罪後之行為，原審法庭在就是否符合徒刑的暫緩執行作決定時，應該查明而未有查明。因此，原審判決存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a)項所述瑕疵—獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判。
2. 關於上訴人的人格，參閱卷宗內的書證，足以得見。根據已附於本案的、多份判決證明書的已獲證明事實顯示，上訴人多次犯罪

-
- a ser efectuado neste caso concreto (crime doloso de condução sob o estado de embriaguez).
12. E a quarta condenação, em 2021, foi pro crimes que protegem bens jurídicos completamente distintos dos sub judice (exploração da prostituição), pelo que se afigura também não poder ter qualquer relação com o presente processo.
 13. Os únicos crimes decorrentes do registo criminal do Recorrente que deviam ser de foram alguma valorados no âmbito do presente processo foram os que resultaram nas condenações de 2010 e 2011 (crimes de condução sob o efeito do álcool e desobediência qualificada).
 14. Tais condutas remontam há quase 15 anos no tempo, sendo que deste então e até ao cometimento dos factos que espoletaram o presente processo-crime, o Recorrente demonstrou que a ameaça de prisão satisfez de forma adequada as finalidades da punição, ao não ter voltado a prevaricar os normativos de índole penal e contravencional da lei do trânsito rodoviário, o que resultou em que ambas essas penas se tenham extinguido.
 15. In casu inexistem exigências de prevenção geral que possam afastar a regra da preferência pela aplicação de pena não privativa da liberdade.
 16. Pelo que tendo em conta a personalidade do agente (que mantém emprego fixo na área da construção civil e tem a seu cargo mulher e um filho de 18 anos e uma filha menor) e que o último crime relacionado com a lei do trânsito rodoviário remonta a factos ocorridos em Janeiro de 2011 (ou seja, mais do que há 13 anos), e ainda as circunstâncias do crime (um delito criminal que apesar de grave, não teve felizmente danos efectivos), impunha-se a suspensão da pena de prisão aplicada.
 17. Concluindo, e ressalvado o devido respeito por opinião em sentido diverso, incorreu a sentença recorrida em violação dos artigos 48º e 64º do CP, por aplicados contra aquilo que se impunha, devendo ser a mesma revogada e substituída por outra na qual se passe a suspender a pena de 4 meses de prisão imposta ao arguido, ainda que sujeita a regime de prova adequado.

Termos em que, pelos fundamentos expostos e nos demais de Direito que Vossas Excelências doutamente suprirão, deve o presente recurso ser declarado procedente, por provado, e conseqüentemente ser revogada a dita sentença recorrida e substituída por acórdão no qual se determine a suspensão da execução da pena de prisão imposta ao arguido, ou, subsidiariamente, reconhecendo-se o vício apontado ao julgamento da matéria de facto ser ordenado o reenvio do processo nos termos do artº 418º do CPP, assim se fazendo a tão habitual Justiça.

及被判刑，包括無牌駕駛、酒駕兼過失傷人；醉酒駕駛；在禁止駕駛期間駕駛加重違令兼逆駛；操縱賣淫；醉酒駕駛。從 1999 年至今，五度犯案及判刑，當中只有一次是刑罰消滅後一年才犯案，其餘三次均是在徒刑暫緩執行期間實施犯罪行為，且屬直接故意犯罪，本案甚至是重複犯醉酒駕駛。

3. 由此顯示，上訴人的人格，不僅僅是守法意識薄弱，更是無視徒刑的威嚇，有高度風險重複犯罪。在這樣的條件下，暫緩執行徒刑的前提已不可能獲滿足。
4. 關於上訴人的生活狀況，原審法庭已查明，上訴人具高中畢業學歷，任職銷售員，每月收入澳門幣 20,000 元，需供養母親、一名女兒及一名兒子。
5. 關於上訴人犯罪後的行為，由於上訴人是在現行犯下被拘留及審判，故此，無犯罪後的其他事實有待查明。
6. 綜上所述，原審法庭已查明上訴人的人格、生活狀況、犯罪前後之行為及犯罪之情節，並認為暫緩執行徒刑明顯達不到刑罰的目的。
7. 基此，上訴人所提出的、獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判的瑕疵，並不存在。
8. 上訴人又提出，原審判決未有將對其適用之徒刑暫緩執行，是違反《刑法典》第 48 及 64 條之規定。
9. 正如前面所述，從 1999 年至今，上訴人五度犯案及判刑，當中只有一次是刑罰消滅後一年才犯案，其餘三次均是在徒刑暫緩執行期間實施犯罪行為，且屬直接故意犯罪，本案甚至是重複犯醉酒駕駛。上訴人重複違反法律，從而顯示過去所給予的徒刑暫緩執行未能使上訴人知法守法，重新納入社會生活。上訴人以其實際行動排除了對其將來行為所抱有的任何期望。因此，考慮到本案的具體情況，尤其是上訴人過往的犯罪前科，本案對上訴人處

以緩刑並不能適當及充分實現刑罰的目的，尤其不能滿足特別預防的需要。

10. 此外，上訴人的行為對社會安寧造成負面影響，亦大大損害人們對法律制度的期盼，因此，其刑罰必須足夠反映事實的嚴重性，方能顯示法律對其行為的回應及修補由該不法行為所造成的損害，從而重建人們的信心並警惕可能的行為人打消犯罪的念頭。基此，為著一般預防犯罪的需要，上訴人仍然不符合給予暫緩執行徒刑的實質要件。
11. 因此，原審法庭不給予暫緩執行徒刑，完全正確。
12. 基此，原審判決並無上訴人所述的瑕疵。

基此，上訴人應理由不成立，原審法庭之判決應予維持，請求法官閣下作出公正判決。

駐本院助理檢察長提出法律意見書：

一、概述

本案嫌犯 A（以下稱為上訴人）不服初級法院 2024 年 9 月 3 日刑事法庭判決並向中級法院提起上訴。

本案例中，初級法院刑事法庭宣告上訴人觸犯第 3/2007 號法律《道路交通法》第 90 條第 1 款規定及處罰的一項“醉酒駕駛罪”罪名成立，判處四個月徒刑，同時判處上訴人禁止駕駛為期一年六個月的附加刑。

(一)、關於上訴人提出的上訴

在其上訴理由陳述之中，上訴人指被上訴判決書未能查明上訴人的人格、生活狀況、犯罪之後的行為等因素，同時，上訴人亦指其過往的犯罪記錄或涉多年前的不法行為或與本案被判罰的行為具有不同性質，進而說明被上訴判決書存在獲證明的事實事宜不足以支持作出裁判以及存在

法律適用錯誤的瑕疵，為此，上訴人請求改判給予緩刑或將案件發回重審。

(二)、檢察院對上訴的答覆

檢察院對上訴提出答覆，指原審判決未見存在獲證事實事宜不足以支持裁判和法律適用錯誤的瑕疵，不予緩刑的判決符合法律規定，建議裁定上訴理由不成立並駁回上訴。

二、分析意見

(一)、關於獲證明的事實事宜不足以支持作出裁判的瑕疵

本文中，經開庭審判，原審法庭宣告上訴人觸犯第 3/2007 號法律《道路交通安全法》第 90 條第 1 款規定及處罰的一項“醉酒駕駛罪”，判處四個月徒刑，同時判處上訴人禁止駕駛為期一年六個月的附加刑。

上訴人指謫被上訴判決書沒有給予上訴人緩刑，因原審法庭沒有查明上訴人的人格、生活狀況、犯罪之後的行為等因素，故此，案中存在獲證明的事實事宜不足以支持作出裁判的瑕疵。

正如檢察院在對上訴答覆中所言，由被上訴判決書採納的書證，尤其是案中所附的犯罪記錄顯示，上訴人自 1999 年至今，連同本案，共有五次作出不法行為及被判刑處罰的記錄，所作出犯罪行為的類型包括無牌駕駛、酒駕和過失傷人、醉酒駕駛、禁止駕駛期間違令駕駛且逆駛、操縱賣淫，其中，最後的三次犯案均是在前次刑罰暫緩執行的期間作出，可見上訴人存在守法意識薄弱和漠視法律的心態，有極高風險重複犯案，再給予暫緩執行刑罰明顯達不到刑罰的目的。

經原審法庭查明，上訴人具高中畢業學歷，任職銷售員，每月收入澳門幣 20,000 元，需供養母親和兩名兒女。

關於上訴人犯罪之後的行為表現，我們同意主任檢察官閣下的立場，即上訴人於現行犯的情況下被拘留並提交簡易審判，為此，就定罪量刑而言，案中並無有待查明的犯罪之後的其他事實情況。

眾所周知，獲認定的事實不足以支持裁判，是指僅憑有關事實不可能

得出有關法律上的結論或者法院不能查實控訴書、辯護書或案件的法庭討論中所提出的所有事實，亦即，在案件標的範圍內的查明事實存在漏洞，以致在作為決定依據的被認定事實方面存在不足或不完整（參閱終審法院第 18/2002 號、第 16/2003 號和第 3/2013 號合議庭裁判）。

關於緩刑的前提及期間，《刑法典》第 48 條規定如下：

一、經考慮行為人之人格、生活狀況、犯罪前後之行為及犯罪之情節，認為僅對事實作譴責並以監禁作威嚇可適當及足以實現處罰之目的者，法院得將科處不超逾三年之徒刑暫緩執行。

二、如法院認為對實現處罰之目的為合宜及適當者，須在暫緩執行徒刑時依據以下各條之規定要求履行某些義務或遵守某些行為規則，又或作出暫緩執行徒刑而附隨考驗制度之命令。

三、義務、行為規則及考驗制度，得一併命令之。

四、在有罪裁判內必須詳細列明暫緩執行徒刑之依據，以及就暫緩執行徒刑所定條件之依據。

五、暫緩執行徒刑之期間須在一年至五年之範圍內定出，自裁判確定時起計。

分析庭審獲證事實，我們認為，在原審法庭決定對上訴人判處四個月徒刑且不予緩刑之時，在查明控訴事實的基礎上，原審法庭已對上訴人的人格、生活狀況、犯罪前後的行為及犯罪情節作出充分分析和審議，並最終得出僅對事實作譴責並以監禁作威嚇未能適當及不足以實現處罰之目的，為此，案中並不存在上訴人所謂獲證明之事實事宜不足以支持作出裁判的瑕疵，上訴人質疑被上訴判決存在獲證明之事實事宜不足以支持作出裁判的瑕疵，但是，上訴人並無就其質疑提出確實和可以得以證明的相應事實理由。

為此，上訴人所謂獲證明之事實事宜不足以支持作出裁判的上訴理由並不成立。

(二)、關於被上訴裁判存在法律適用的瑕疵

在其上訴理由陳述之中，上訴人稱其在庭審時毫無保留的承認被控事實、其過往的犯罪記錄或涉多年前的交通不法行為或涉與本案被判處的行為具不同性質的操控賣淫的不法行為，同時，上訴人過往涉及的三宗與交通不法行為相關的犯罪均分別發生在 1999 年、2010 年和 2011 年且獲緩刑的相關徒刑均已被宣告消滅，為此，上訴人指原審法庭在本案不予上訴人緩刑，被上訴判決存在違反《刑法典》第 48 條和 64 條的法律適用的錯誤。

在對不同法律意見表示充分尊重的前提下，我們贊同主任檢察官閣下在對上訴答覆表達的立場，即“原審法庭不給予暫緩執行徒刑的決定，完全正確”（參閱卷宗第 153 頁及其背頁內容）。

在決定是否給予上訴人緩刑之時，原審法庭具體分析上訴人的人格、生活狀況、犯罪前的行為及犯罪情節，值得注意的是，自 1999 年至 2018 年，上述人四度犯案並被判處徒刑且獲緩刑，當中，三宗判罪涉及交通不法行為，一宗判罪涉及操縱賣淫，在三宗涉及交通不法行為的犯罪之中，一宗因酒後駕駛導致他人嚴重受傷，一宗涉及醉酒駕駛和一宗涉及逆駛的嚴重過失加重違令行為；值得注意的是，原審法庭亦明確指出，上訴人第三次被判處的加重違令罪在第二次判罪的緩刑期發生，本案被判處的犯罪在第四次判罪的緩刑期之內發生！

從犯罪的性質而言，醉酒駕駛本質上是一種侵犯公共安全的危險罪。

分析上訴人的人格、生活狀況、犯罪前的行為及犯罪情節，尤其是上訴人是的犯罪記錄顯示上訴人多次觸犯交通不法行為致被判處徒刑且不珍惜緩刑機會的特定人格，原審法庭認為，僅對事實作譴責並以監禁作威嚇的緩刑未能適當及充足地實現刑罰的目的，為此，原審法庭決定對上訴人判處實際徒刑。

分析上訴人於本案醉酒駕駛的具體情況，我們認為，無論是從特別預防或一般預防的角度，被上訴裁判不予上訴人緩刑的決定均符合《刑法典》

第 48 條和 64 條的規定，判決合法且符合社會大眾對立遵守交通法律維護交通安全的期望。

為此，上訴人所謂被上訴裁判存在法律適用瑕疵的上訴理由並不成立。

三、意見書結論

綜上所述，我們同意主任檢察官閣下的立場，並建議尊敬的中級法院裁定上訴人所謂被上訴裁判存在獲證事實事宜不足以支持裁判和存在法律適用錯誤的上訴理由不成立，並駁回上訴。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

案件經庭審辯論後查明以下已證事實：

- 於 2024 年 9 月 3 日較早時間，嫌犯 A 在珠海飲酒消遣後，經青茂口岸返回本澳，隨後前往青茂口岸停車場取回輕型汽車（車牌 MP-83-XX），並駕駛上述車輛回家。
- 於 2024 年 9 月 3 日 2 時 43 分，嫌犯駕駛上述車輛途經馬交石炮台馬路近昌龍工業大廈巴士站目睹警員正在進行截查車輛行動，其在距離截查車輛路障約 10 米多之位置將車輛停下，隨後警員上前發現嫌犯為駕駛者並且身帶濃烈酒氣，故對嫌犯進行呼氣酒精測試，結果為 2.15 克/升。
- 嫌犯在有意識、自由及自願的情況下作出上述行為的，在受酒精影響下駕駛，且每公升血液中酒精含量超過 1.2 克。
- 嫌犯清楚知道此等行為是法律所禁止和處罰的。

- 同時，亦證實嫌犯的個人狀況如下：
- 嫌犯 A，銷售員，每月收入澳門幣 20,000 元，需供養母親、一名女兒及一名兒子。
- 嫌犯的文化程度：高中畢業學歷程度。
- 根據刑事紀錄證明，嫌犯非為初犯。
 - 2005 年 10 月 4 日，因觸犯一項過失傷害身體完整性罪，被判處 1 年 6 個月徒刑，暫緩執行 2 年，中止駕駛執照效力 4 個月。有關判決已於 2006 年 7 月 6 日轉為確定，刑罰已告消滅。(見 CR3-04-0002-PCC)
 - 2010 年 1 月 21 日，因觸犯一項醉酒駕駛罪，被判處 6 個月徒刑，暫緩執行 18 個月，禁止駕駛 2 年。有關判決已於 2010 年 2 月 1 日轉為確定，刑罰已告消滅。(見 CR2-10-0011-PSM)
 - 2011 年 1 月 13 日，因觸犯一項加重違令罪，被判處 4 個月實際徒刑，上訴後改判 5 個月徒刑，暫緩執行 3 年，吊銷駕駛執照。有關判決已於 2015 年 6 月 4 日轉為確定，刑罰已告消滅。(見 CR3-11-0007-PSM)
 - 2021 年 12 月 9 日，因觸犯七項操縱賣淫罪，被判處每項 1 年徒刑，數罪並罰，合共判處 3 年徒刑的單一刑罰，暫緩執行 4 年。有關判決已於 2022 年 1 月 11 日轉為確定。(見 CR2-21-0154-PCC)

未獲證實的事實：沒有尚待證實的事實。

三、法律部分

上訴人在其上訴理由中，認為：

- 原審法院在未查明上訴人的人格、生活狀況、犯罪之後的行為等因

素的事實的情況下不適用緩刑，存在獲證明的事實事宜不足以支持作出裁判的瑕疵；

- 主流理論以及司法見解一直認為嫌犯的犯罪前科並非適用緩刑的當然障礙，而在本案中，上訴人毫無保留地承認犯罪事實，而其過往的犯罪記錄或涉多年前的不法行為或與本案被判罰的行為具有不同性質，完全不能排除對其不適用緩刑的可能，而原審法院不予以緩刑陷入了法律適用錯誤的瑕疵。最後請求改判給予緩刑或將案件發回重審。

我們看看。

（一）獲證明之事實上之事宜不足以支持作出裁判的瑕疵

眾所周知，《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所指“獲證明之事實上之事宜不足以支持作出裁判”的瑕疵法院在調查事實時出現遺漏，所認定的事實不完整或不充份，以至依據這些事實不可能作出有關裁判中的法律決定。²

如果原審法院在審判聽證中已充分地對全部事實事宜進行調查，且未發現存在任何遺漏，那麼，就無從確認《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a 項所指“獲證明之事實上之事宜不足以支持作出裁判”的瑕疵的存在。

我們也知道，有關法院在考慮適用緩刑之前必須考慮的嫌犯的人格、生活狀況、犯罪之後的行為等因素的事實的問題，主要是通過法院在遵循直接以及口頭原則的基礎上，通過查明嫌犯的犯罪記錄、家庭生活情況、嫌犯個人的文化程度、就業以及收入狀況的情況，而得出對嫌犯的這些必須考慮的因素的總體印象的結論。很顯然，原審法院在本案中，尤其是從其認定的已證事實部分，已經對這些因素所可以予以說明的事實作出了審查以及在量刑時予以考慮，根本不存在上訴人所質疑的事實不足的瑕疵。

² 參見中級法院於 2014 年 6 月 26 日在第 748/2011 號上訴案所作的裁判。

（二） 緩刑的適用

在適用《刑法典》第 48 條第 1 款的規定時，必須考慮是否滿足了緩刑的形式前提及實質前提。

形式前提是指不超逾 3 年的徒刑，而不可以係其他非剝奪自由刑。

實質前提是指法院必須整體考慮行為人的人格、生活狀況、犯罪前後的行為及犯罪情節、僅對事實作譴責並以監禁作威嚇是否可適當及足以實現處罰的目的，即以特別預防及一般預防作為給予緩刑的界限，具體地說，倘可預見行為人受到刑罰的威嚇和譴責後，即會約束自己日後行為舉止，從而不再實施犯罪，以及即使徒刑被暫緩執行，亦不致動搖人們對法律的有效性、法律秩序的信心，無削弱法律的權威和尊嚴。

在本案中，從上述所改判上訴人的 4 個月徒刑的單一刑罰，已符合《刑法典》第 48 條第 1 款所規定的形式要件。

而在實質要件視為考量方面，首先，雖然，我們同意上訴人所認同的嫌犯的犯罪前科不能當然構成不予以緩刑的障礙，但是，它絕對是考量犯罪特別預防的重要因素之一，即使其毫無保留承認犯罪事實也不能排除對此項因素的重要性的考量。其次，即使我們不考慮上訴人之前被判刑的罪名（操控賣淫罪）與本案的罪名不同性質的前科，單就考量其曾經在酒精的影響下駕駛罪在被禁駕的情況下駕駛而觸犯的加重違令罪，以及在駕駛中而觸犯的侵犯他人身體完整性罪的犯罪前科，就不能不同意，在本案中上訴人的人格、生活狀況、犯罪前後的行為及犯罪情節，一方面明顯顯示對上訴人的犯罪的特別預防的需要更加強烈，另一方面顯示單純的徒刑的威嚇不足以實現懲罰的目的，適用緩刑將會動搖人們對法律的有效性、法律秩序的信心及違背社會大眾對透過刑罰的實施而重建法律秩序的期望，因此，上訴人根本不符合《刑法典》第 48 條所規定的實質要件，被上訴的合議庭裁判沒有適用《刑法典》第 48 條的規定，應該予以支持。

駁回上訴。

四、決定

綜上所述，中級法院合議庭裁定上訴人 A 的上訴理由不成立，維持原判。

本程序的訴訟費用以及 5 個計算單位的司法費由上訴人支付。

澳門特別行政區，2025 年 4 月 30 日

蔡武彬 (裁判書製作人)

譚曉華 (第一助審法官)

周艷平 (第二助審法官)